



UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL E ECONOMIA CIRCULAR: CONVERGÊNCIAS E POSSIBILIDADES

Eixo Temático 3: Organizações, Gestão Criativa e Sustentabilidade

João Augusto Lobato
Universidade da Amazônia

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as potencialidades dos princípios estruturais de economia circular para constituição de negócios de impacto social. Foi feita uma revisão bibliográfica e documental usando a abordagem qualitativa, com análise das teorias levantadas no estudo. Os resultados indicaram que é possível relacionar a economia circular a negócios de impacto social, uma vez que ambos podem ser complementares, e, no campo teórico, derivam de uma mesma origem epistemológica, a teoria dos sistemas, de Karl Von Bertalanffy, constituindo-se um intercâmbio complexo, porém aberto a diversas soluções que acolhem princípios do ambientalismo e do desenvolvimento sustentável. Logo, academicamente foi possível relacionar as possibilidades viáveis de implantação de negócios de impacto social, por meio da economia circular, tendo por base o reaproveitamento de resíduos para reprodução dos mais diversos subprodutos possíveis de entrarem em circulação mercadológica. Porém em âmbito de contribuições práticas o ambiente favorável para tal associação requer uma conjugação de forças, de atores, de políticas públicas inclusivas para gerar a devida potencialização da cadeia produtiva e consequentemente, ações estratégicas de reaproveitamentos de resíduos. Desse modo considera-se que é possível haver convergências e possibilidades entre economia circular e negócios de impacto, e que podem ser aplicadas em diferentes cadeias produtivas, em qualquer local, desde que dentro das necessárias condições.

Palavras-Chave: Economia Circular. Negócios de Impacto Social. Convergências.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PRIMEIRO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DA REUNIÃO
E PRECATORIO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



1 INTRODUÇÃO

A Economia Circular (EC) se apresenta como uma possibilidade de mitigação da exploração desenfreada dos recursos naturais e da produção crescente de resíduos sólidos, além de agregar novos valores no ciclo de vida de produtos, que antes eram totalmente descartados (Yuan; Bi; Moriguichi, 2006).

Já os negócios de Impacto Social (NIS) buscam criar soluções de mercado para enfrentar problemas sociais e ambientais, de forma sustentável, alinhados ao processo de gestão social, visto que se apoiam não apenas em interesses econômicos, mas também sociais e no bem comum (Gondim; Fisher; Melo, 2006).

A EC tem promovido resultados positivos em diversos países, demonstrando que o reaproveitamento de resíduos é prática favorável ao crescimento econômico, especialmente a partir da década de 1990, conforme estudos dos ambientalistas britânicos Pearce e Turner (1990) publicados na obra *Economics of Natural Resources and the Environment*, e em especial, no ano de 2002, na China, com a aprovação de legislação específica de incentivo à EC, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da economia daquele país, com menos impacto ambiental (Yuan; Bi; Moriguichi, 2006).

Após isso, outros países passaram a estudar e a publicar pesquisas sobre EC, a exemplo do Reino Unido e Estados Unidos, Holanda, Japão e Itália (Abadia; Galvão; Carvalho, 2016). O Brasil, recentemente, começou a despertar interesse por esse conceito, já havendo legislação favorável a esse tipo de prática no país.

Os NIS, por sua vez, podem inicialmente ser entendidos como empreendimentos que combinam competências do setor privado na busca de riqueza econômica com conhecimentos de gestão social que objetivam resolver problemas sociais e ambientais (Barqui et al, 2015; Yunus, Moingeon; Lehmann, 2010).

O NIS é um conceito relativamente novo no campo acadêmico e ainda precisa de uma consolidação teórica. Trata-se de um constructo que reúne resultados diversificados, entre os quais, dividendo financeiro, impacto socioambiental e uma maior participação na economia, seja ela criativa, regeneradora ou circular, envolvendo diversos atores e empreendedores, especialmente os micro e pequenos.

Já a EC, apesar de também ser considerado um conceito novo, está mais bem consolidado na literatura, e alinha-se com o conceito de NIS, a medida em que ambos contemplam o reaproveitamento de produtos usados via logística reversa, a valorização socioambiental, e uma nova forma de gerar bens e serviços.

Esta pesquisa apresenta lacunas significativas no campo epistemológico sobre estudos que relacionam a EC) e os NIS, a fim de subsidiar o entendimento sobre sua aproximação, associando tais conceitos, destacando possibilidades que podem ser exploradas nesse possível novo modelo de negócio, investigando respostas e soluções que podem gerar valor social e/ou ambiental, além dos que já vinham sendo feitos com o valor econômico.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PRÊMIO TRADICIONAL
DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO
E INOVAÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Trata-se, portanto, de associar os conceitos promovendo a redução de impacto ambiental, e maior participação em ações que favoreçam a cadeia de produção e distribuição de bens reaproveitados, gerando não somente responsabilidade social para a empresa e seus parceiros, mas também dividendos econômicos e financeiros.

Assim questionou-se: quais as convergências e possibilidades entre EC e NIS? O objetivo geral foi analisar as possibilidades e desafios no contexto da economia circular (EC) e da constituição de Negócios de Impacto Social (NIS). Especificamente buscou-se conceituar e definir a economia circular; conceituar e definir negócios de impacto social e por fim, relacionar ambos os conceitos identificando suas convergências e possibilidades.

A pesquisa destacou, enquanto contribuição para o campo de conhecimento da administração moderna, que a economia circular e os negócios de impacto social se mostram muito próximos, despertando a atenção de governos, pesquisadores e da sociedade tais como empresas, instituições entre outros, por priorizarem aspectos econômicos, sociais e ambientais mais equilibrados e não se limitarem à uma perspectiva simplesmente linear. A interseção entre EC e NIS, ao mesmo tempo em que tem pontos particularmente característicos, também tem elementos em comum, o que os torna compatíveis e possíveis de se inter-relacionar.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 A economia circular

As origens da economia circular provêm de um modelo econômico integrativo de diversas escolas e linhas de pensamento, entre os quais estão: Ecologia Industrial, Engenharia do Ciclo de Vida, Gestão do Ciclo de Vida e Economia de Performance. Após essas convergências de ideias, Ghisellini, Cialani e Ulgiati (2016) identificaram que o conceito de economia circular mais delimitado foi introduzido no trabalho de Pearce e Turner (1989), resgatando a ideia presente em Boulding (1966), autor do artigo “A economia da próxima espaçonave Terra”, para quem a ideia da economia pensada como um sistema circular, já havia sido considerada pré-requisito para garantir a manutenção da vida humana na Terra.

Corroborando com essa ideia Geng (2008), para quem a economia circular, enquanto pressuposto teórico passou a existir a partir do conceito de desenvolvimento econômico sustentável, onde a economia e o meio ambiente coexistem sustentavelmente.

Quanto ao seu desenvolvimento teórico a China se destacou com a aprovação da lei “Circular Economy Law” no ano 2002, gerando uma quantidade significativa de pesquisas sobre o assunto sendo, contudo, que em sua maioria trata das realidades daquele país (Abadia, 2019). No ano de 2016 a maioria das publicações sobre

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARA





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



EC eram originárias do Reino Unido e Estados Unidos, seguidos por Holanda, Japão e Itália (Abadia, Galvão, Carvalho, 2016).

Estudos feitos por Virginio e Barbosa (2022), identificaram 842 publicações na base de dados *Web of Science* (WoS), publicados entre 2017 a 2021, demonstrando um crescente interesse por esse tema, coincidindo com o despertar de parte da sociedade sobre um esgotamento real dos recursos naturais não renováveis.

Estes estudos detectaram 22 publicações no ano de 2017, 33 em 2018, 77 no ano de 2019, 141 no ano de 2020 e finalmente 121 estudos publicados no ano de 2021, havendo uma escala de crescimento do tema a cada ano, demonstrando um interesse maior pela economia circular e seus subtemas. Os periódicos mais destacados foram *Journal of Cleaner Production* (131 publicações, ou 33,25%); *Sustainability* (81 publicações, 20,56 %), e *Resources Conservation and Recycling* (30 artigos e 7,81%). Os países que mais publicaram foram 5: Itália como o maior número de obras (78, 19,80%); Inglaterra (59, 15 %); China (55, 13,95 %); Espanha (44, 11,17%) e Índia (29, 7,36%), somando os 5 países mais de 67% das publicações representativas da amostra pesquisada.

A EC não é o único conceito que propõe ideias circulares para atividades econômicas. Nesse contexto de múltiplas perspectivas analíticas apresentam-se outros conceitos muito próximos ao de EC e que propõem especificações úteis ou fornecem aspectos adicionais a uma melhor definição, os quais são chamados de conceitos relacionados, tal sua proximidade. Segundo Geisendorf e Pietrulla (2018), os principais conceitos relacionados à EC, são: 1) *Cradle to Cradle*; 2) *Natural Capitalism*; 3) *Closed Supply Chains*; 4) *Biomimicry*; 5) *Blue Economy*; 6) *Regenerative Design*; 7) *Performance Economy*; 8) *Reverse Logistics*; 9)

A partir da análise de similaridade e das características de cada proposta, embora a EC tenha maior similaridade com o conceito de *Cradle to Cradle*, divergindo apenas em sua perspectiva de escopo econômico, todos os conceitos apresentados, tem foco no meio ambiente, na busca da eficiência e redução de resíduos, atuando primordialmente no setor secundário, em uma perspectiva mesoeconômica, com ênfase na disposição final de resíduos.

Na análise da convergência entre NIS e EC destaca-se, contudo, o conceito da Economia Azul (PAULI, 2010), sendo a proposta que mais converge aos objetivos da EC e dos NIS, buscando preservar o meio ambiente com modelo de negócio autossustentável e de impacto social.

A economia circular, foi apresentada como um desafio mundial a fim de tornar o planeta sustentável, principalmente em países que já são mais industrializados e que por esse motivo acabam poluindo mais. Esse conceito vai além da simples reciclagem, está concentrado em instigar o desenvolvimento de novos estudos no qual possam surgir novos modelos de negócios e novos sistemas produtivos (Charnley, 2016).

Sobre legislações e normas de EC no Brasil, pode-se dizer que ainda é inexistente, representando uma lacuna que corrobora para o desperdício de muitos recursos que

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PRÊMIO TRADIÇÃO
DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO
E INOVAÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



poderiam estar sendo reaproveitados, caso houvesse uma lei disciplinar, a exemplo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei Federal Nº 12.305/10 (BRASIL, 2010), que pode ser acessada enquanto política pública no Brasil, mas que também precisa ser amparada por leis estaduais e municipais que fortaleçam esse tipo de prática afim de favorecer tanto governos quanto empresas e instituições do terceiro setor em suas estratégias de desenvolvimento.

A regulamentação desse tipo de prática pelo poder público é relevante para a adesão de parceiros e atores principais, como empresas de diversos tamanhos que podem retrabalhar resíduos e sobras de materiais. As políticas públicas previstas no PNRS sobre logística reversa ainda estão ausentes na maioria das empresas, mesmo havendo uma demanda espontânea para reaproveitamento de resíduos, de material descartado que pode gerar dividendos para companhias de grande e médio porte. Estudo feito por Rodrigues (2017) verificou que o índice de efetivação de processos e casos que utilizam logística reversa, pode ser promissor e lucrativo, porém ainda são poucas as práticas e sua consolidação efetiva requer pesquisas e incentivos que ajudem a expandir esse novo tipo de modelo de produção, especialmente com legislação específica e amparo do poder público.

2.2 Negócio de Impacto Social

2.2.1 Definições, conceitos e significados

O conceito de negócio de impacto social (NIS) foi inicialmente concebido por Bill Drayton (1980), fundador da ASHOKA nos anos de 1970, como um modelo de convergência entre a busca de maximização do lucro e geração de impacto social, visando unir dois objetivos inicialmente contraditórios, tendo como ponto chave a geração de impacto social, contribuindo para o desenvolvimento humano, reduzindo privações e ampliando liberdades.

Todavia, tal qual o conceito de EC, o NIS também possui várias interpretações e centralidades, tais como: negócio social (Yunus, Moingeon e Lehmann, 2010), negócios inclusivos (Teodósio; Comini, 2012) e negócio com impacto social (Barkiet al, 2015), entre outros.

Um ponto em comum a ser destacado nos conceitos apresentados é a busca pela conciliação das necessidades e interesses da sociedade com as estratégias de mercado, ou seja, todas essas modalidades buscam a redução da desigualdade social com o mínimo de impacto negativo ao meio ambiente (Silva, 2016b).

O conceito de NIS vem sendo trabalhado desde a década de 1970 em Bangladesh por Muhammad Yunus, inicialmente como negócios sociais, com a finalidade de reduzir a pobreza e desenvolver negócios sustentáveis, que pudessem se manter economicamente e ajudar as camadas mais pobres da sociedade. Esse modelo usa ferramentas tradicionais

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



da administração para garantir que o projeto alcance o equilíbrio financeiro, prevenindo gastos e receitas, porém agregando mais humanização no processo.

Após a experiência de Bangladesh o conceito também ganhou estudos teóricos e empíricos, recebendo adesão de países europeus com a consolidação do conceito de NIS, que passaram a estudar o tema e a propor experiências, formando-se uma força tarefa no G8, sigla que se refere ao grupo das oito economias dos países mais ricos do mundo, do qual fazem parte os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia, em 2013 que recomendou a disseminação dos NIS.

Reficco (2011) define Negócios Inclusivos para abordar os modelos defendidos por Prahalad e Hart (2002) e Porter e Kramer (2011). O autor reforça o vínculo da expressão com a habilidade de grandes empresas em trabalhar para diminuir a pobreza, chegando até a base da pirâmide social com seu potencial de mercado de consumo e produção.

Já o termo Negócios Sociais foi criado em Bangladesh, na década de 1970, por Muhammad Yunus, professor de Economia que ganhou o prêmio Nobel da Paz em 2006. No dizer de Kickul et al. (2012), Yunus considerava que o objetivo da educação não é tornar as pessoas ricas, mas sim enriquecer a vida das pessoas por valorizarem a ajuda ao próximo e com isso possibilitar a redução da pobreza.

Barki (2015) compartilha dessa mesma ideia, e cita a premiação do prêmio Nobel da Paz (em 2006) a Yunus como reconhecimento por seu trabalho sobre microcrédito, criado para reduzir a vulnerabilidade dos pobres em Bangladesh, a partir daí o conceito se fortaleceu. Nessa perspectiva, negócio social, segundo Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010) é um empreendimento que visa resolver problemas sociais, mas que deve ser autossustentável e capaz de gerar renda para dar conta de suas próprias despesas. Sanados os gastos de custos e o investimento, a receita que excede a isso volta a ser reinvestida para expansão e melhorias do NIS.

A visão proposta por Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010) considera que o empreendedor social pode até não visar diretamente o lucro para si mesmo, mas tem direito, caso assim deseje, de recuperar seu investimento inicial. O excedente econômico gerado deve ser reinvestido no negócio e, em última instância, revertido aos beneficiários na forma de redução de preços, serviços melhores e maior acessibilidade.

Os negócios de impacto social ganharam considerável espaço nos países em desenvolvimento por buscarem resolver problemas relacionados à pobreza e distribuição de renda desigual, o que ganhou relevância no Brasil e em outros países latino-americanos, bem como outras variações etimológicas tais como negócios com impacto social ou negócios socioambientais. Outro destaque foi o aparecimento do termo negócios inclusivos, também muito presente nos países em desenvolvimento, por dar ênfase na inclusão social por meio do consumo (Rosolen, Tiscoski, Comini, 2014).

Prahalad e Hart (2002) observaram o número crescente de pessoas que melhoraram suas condições econômicas a partir de seu ambiente, entrando na dinâmica

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PRÊMIO TRADICIONAL
DE FOMENTO À INOVAÇÃO
E PESQUISA



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



de mercado pela primeira vez, e consideram que houve uma espécie de capitalismo inclusivo, o qual passa a ser buscado por grandes corporações. Nessa nova modalidade de capitalismo, ocorre a oportunidade não somente de expandir os negócios, mas também a possibilidade de favorecer a população de baixa renda.

De acordo com Prahalad e Hart (2002, p. 3), nesse aspecto, o desafio das grandes corporações que promovem NIS é “vender para as populações mais pobres e ajudá-las a melhorar suas vidas por meio da produção e distribuição de produtos e serviços de maneira sensível à sua cultura, ambientalmente sustentável e economicamente rentável”.

Nesse contexto de serviço da empresa às populações em situação de vulnerabilidade social, Porter e Kramer (2011) também defendem que seja aceito o princípio de criação de valor compartilhado, onde as empresas concebem novos produtos e mercados, redefinem sua produtividade na cadeia de valor e ainda possibilitam o desenvolvimento de *clusters* locais, entregando mais benefícios à comunidade que a si próprias.

Na análise de Martins (2015) o conceito e os objetivos dos NIS relacionam-se com a tentativa de desenvolvimento humano e erradicação da pobreza, obviamente que essa tentativa deve considerar o lucro e a geração de impacto social favorável às populações mais frágeis.

Segundo o relatório Enimpecto (2019), no Brasil a força tarefa em favor desse tipo de negócio foi criada em 2015, a partir de uma consulta a mais de 200 atores feito pela Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais (FTFS). Esses aprendizados, complementados por um estudo sobre as recomendações disseminadas pelos países do G7 para avançar o campo localmente, se consolidaram na publicação de 15 recomendações para o ecossistema brasileiro, com metas a serem atingidas nos cinco anos seguintes – responsabilizando investidores, empreendedores, academia, governo e outros atores pelo alcance dessas metas.

Em agosto de 2016, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) firmou um Acordo de Cooperação Técnica com a FTFS, tornando-se ponto focal na articulação de órgãos federais nesse tema. O MDIC formou um grupo de trabalho com a participação de diversos órgãos federais que tem se reunido para avaliar ações e projetos, já existentes ou em proposição, conectados aos investimentos e negócios de impacto. A mobilização para estruturar uma estratégia nacional de investimentos e negócios de impacto parte desse grupo para orientar e dinamizar o processo de apropriação e avanço da agenda.

Apesar de se configurar como um setor complexo, que ainda se encontra em um estágio incipiente em todo o mundo e envolve diversos atores e organizações, o Brasil é um dos países pioneiros a possuir uma legislação sobre o tema. Os negócios, investimentos de impacto e organizações intermediárias foram assim definidos pelo Decreto Federal nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017, [art. 2º](#):

Negócios de Impacto: São empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável;

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Investimentos de Impacto: Consiste na mobilização de capital público ou privado para negócios de impacto; e

Organizações Intermediárias: São instituições que facilitam, conectam e apoiam a conexão entre a oferta (investidores, doadores e gestores empreendedores) e a demanda de capital (negócios que geram impacto social).

Ou seja, esse conceito já apresenta um respaldo teórico-empírico que o torna base para diversos estudos importantes, tais como as publicações do Serviço de Apoios as Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE e do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), focados para essa nova perspectiva da economia de impacto positivo.

No entanto, embora os conceitos de economia circular e negócios de impacto social já estejam sendo objeto de estudo em diferentes partes do mundo, observa-se que a literatura acadêmica ainda não discutiu a interseção entre eles, descortinando-se uma importante lacuna a ser explorada. Parte-se da ideia de que é possível implementar negócios que conciliem EC e NIS, no entanto, é preciso buscar de que forma isso pode ocorrer e quais as possibilidades que convergem para a aproximação teórico-empírica desses dois conceitos.

Petrini, Scherer e Back (2016) desenvolveram um estudo visando distinguir os negócios de impacto social dos negócios tradicionais, criando uma taxonomia, mostrando as sutis diferenças entre estes conceitos, conforme o quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Taxonomia dos negócios voltados para classes de baixa renda

Negócios de Impacto Social			
Tópicos	Base da pirâmide	Negócio social	Negócio inclusivo
Produtos ou serviços	Qualquer produto ou serviço para venda direta à população de baixa renda.	Solucionam problemas ligados a pobreza (educação, saúde, habitação ou serviços financeiros), ao meio ambiente e aos portadores de necessidades especiais.	Qualquer produto ou serviço, desde que inclua a população de baixa renda no processo de produção, fornecimento ou distribuição.
Clientes	Exclusivamente para pessoas de baixa renda	Preferencialmente pessoas de baixa renda.	Consumidores finais de qualquer classe social, ou ainda empresas que adquirem os produtos/serviços.
Tópicos	Base da pirâmide	Negócio social	Negócio inclusivo

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Estrutura de lucros	Visa lucros, há distribuição de dividendos.	Não visa lucros.	Visa lucros, há distribuição de dividendos.
Exemplo	Empresa de grande porte que desenvolve um novo produto para venda, destinado a pessoas de baixa renda. Um exemplo é a Coca-Cola vendida a R\$1,00.	<i>Joint-venture</i> da Grameen Danone – grandes empresas investem dinheiro e conhecimento no processo de fabricação de iogurtes. O produto possui alto teor de nutrientes (benefício às crianças desnutridas) e é vendido a população de baixa renda por um preço acessível.	Empresa que compra a matéria prima de pessoas de baixa renda (alface). Os funcionários que limpam, embalam e distribuem o produto são pessoas da comunidade carente, logo os benefícios sociais gerados são emprego e renda aos produtores e distribuidores.

Fonte: Petrini, Scherer, Back (2016).

Estudo feito por Silva (2016) especifica e inclui outras modalidades de empresas e destaca os negócios de impacto social como uma empresa híbrida, porém mais definida em sua natureza, conforme o quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Outras modalidades relacionadas aos NIS

Termo	Definição	Principais autores
Empresa social	Negócios que visam objetivos sociais e cujos excedentes são principalmente reinvestidos no próprio negócio ou em benefícios para a comunidade. Utilizam mecanismos de mercado com a finalidade de minimizar desigualdades socioeconômicas.	Gutiérrez, Reficco, Trujillo (2006); Borzaga; Depedri e Galera (2012).
Negócios sociais	Empreendimento social que visa atender um problema social. Visa obter impacto social e seu modelo de negócio é o motor para fomentá-lo. Todo lucro deve ser reinvestido no próprio negócio.	Yunus, Moingeon e Lehmann (2012); Borzaga, Depedri e Galera (2012); Doherty et al, (2014).
Negócios inclusivos	Um Negócio Social pode ser considerado um negócio inclusivo quando se está focado em gerar emprego e renda para as pessoas pobres que vivem em áreas de risco social e ambiental.	Teodósio e Comini (2012); Godói de Sousa e Fischer (2012).

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PROGRAMA TRANSICIONA
DE RPA/PA DA REDE DE
E PRODUÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Negócios com impacto social	Organização híbrida que combina competências do setor privado com conhecimentos de gestão social do Terceiro Setor. Objetivam resolver problemas sociais, usando mecanismos de mercado.	Barki et al (2015)
Negócios da base da pirâmide	Voltados à população de baixa renda, fornece subsídios para produção e administração de produtos com padrões culturais locais, economicamente rentáveis e responsáveis com o meio ambiente.	Prahalad (2005)
Empresa B Corp	Empresas com certificação do Sistema B com fins lucrativos, que buscam atender padrões rigorosos de desempenho social e ambiental, responsabilidade e transparência.	Honeyman (2014)

Fonte: Silva (2016)

Silva (2016) considera que um ponto em comum a ser destacado nos conceitos apresentados é a busca pela conciliação das necessidades e interesses da sociedade com as estratégias de mercado, ou seja, todas essas modalidades buscam a redução da desigualdade social com o mínimo de impacto negativo ao meio ambiente. Outro destaque é o ponto de divergência entre elas, quanto à destinação do lucro, e como este é usado ou investido.

Focando no negócio de impacto social, considerado um empreendimento híbrido, este deve ter condições favoráveis para ocorrer, de modo que alguns elementos devem ser considerados, tais como: “1) rede de parceiros; 2) competências; 3) proposição de valor [...]; 4) equação de lucro econômico e 5) equação de lucro social, que é a essência de um modelo de negócio com impacto” (PETRINI; SCHERER; BACK (2016, p. 223).

Os NIS são empreendimentos que estão em sintonia com as demandas sociais e ambientais atuais sendo essa a razão da relevância de sua pesquisa para a sociedade, tendo que a maior parte das publicações internacionais sobre o tema está concentrada nos Estados Unidos da América e Reino Unido, pulverizados entre autores e instituições. Em relação à natureza das abordagens, têm-se privilegiado as teóricas e descritivas em detrimento as abordagens preditivas, concluindo-se que seu conceito ainda está em fase de consolidação a partir do desenvolvimento de sua *práxis* (Granados et al., 2011; Rosolen; Tiscoski; Comini, 2014).

Considerando sua recente inserção no campo dos negócios sociais, o documento Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – ENIMPACTO (2019) traçou um breve histórico sobre o surgimento dos NIS, destacando que no ano 2000 o Reino Unido convocou gestores do mercado a fim de atrair capital que ajudassem a financiar soluções para problema sociais.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Dez anos depois, outros países aderem a essas ideias e adotam ações parecidas às do Reino Unido. Em 2013 é criada a Força Tarefa (FT) do G8 para NIS, fortalecendo o movimento. Em 2014 outro relatório é gerado recomendando a disseminação dos NIS. Neste mesmo ano no Brasil cria-se também uma Força tarefa a fim de mapear e apoiar empreendimentos de NIS. No ano seguinte (2015) a FT do Brasil, após mapear oportunidades, publica resultados previstos no ecossistema brasileiro. Por fim em 2016 o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio assina documento convocando a articulação de órgãos federais na temática NIS (Enimpecto, 2019).

Essa preocupação sobreveio a partir dos imensos desafios ambientais e sociais enfrentados pelo Brasil, e que exigem respostas inovadoras e escaláveis. Um ponto relevante é a possibilidade de qualquer organização se tornar um negócio de impacto, apesar de ainda não haver uma estrutura jurídica específica.

Sobre limites e contradições dos NIS, Pires Santos e Mostagi (2019) afirmam que esse modelo tem uma lógica paliativa, e questionam sua eficácia diante dos desafios do sistema capitalista, e que pode fortalecer ainda mais este sistema. Os autores acreditam que pode haver incompatibilidade entre seus interesses sociais e econômicos, devido à dependência de seus ambientes e recursos, por serem plurais; e que ainda são modelos de negócio complexos de implantar e operar, por terem múltiplas formas organizacionais e institucionais.

No entanto os autores reconhecem o potencial que os NIS representam para solucionar problemas nos países em desenvolvimento. Mesmo tendo um caráter reformista, os NIS se mostram sensíveis às realidades sociais e podem ajudar a mitigar esses problemas, principalmente em países mais pobres (Pires; Santos; Mostagi, 2019, p. 117).

Quanto à flexibilidade e criatividade em empreendimentos em favor dos negócios de impacto social, esse tipo de projeto deve ser buscado pelos mais diversos grupos de interesse, como governos, órgãos estaduais, empresas e organizações não governamentais, pois todos podem se beneficiar desse novo horizonte capaz de promover um ambiente e uma sociedade melhor.

Sobre os impactos sociais de novos modelos de negócios é necessário haver um quadro jurídico seguro que permita existir diferentes formas organizativas, lacuna imprescindível para haver uma melhor identificação, crescimento e desenvolvimento desse novo modelo de negócio que permite o surgimento de empresas voltadas também para o segmento social.

Petrini, Scherer e Back (2016), debatendo os modelos de negócios de impacto social, identificaram pelo menos duas contribuições em seus estudos. Na primeira acreditam que os NIS, além de buscar a solução de demandas associadas a problemas sociais, desenvolvendo de forma sustentável produtos e serviços, indivíduos ou grupos sociais marginalizados e fragilizados, devem ter sustentabilidade financeira, e podem ou não distribuir seus lucros. A segunda contribuição de seus estudos apontou para uma

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PRIMEIRO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DA REUNIÃO
E PROTEÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



taxonomia dos NIS, em três categorias, as quais são: (1) produtos e serviços, (2) clientes e (3) estrutura de lucros.

Esses estudos sobre NIS desenvolvidos no Brasil recentemente, apontam para uma consolidação do conceito e da prática, que ora começa a ser experimentada em diferentes segmentos e nichos.

3 MÉTODO

A pesquisa fez uma revisão bibliográfica e documental. Num primeiro momento foram selecionados artigos científicos, livros e materiais bibliográficos afinados com o tema. Esses materiais foram fichados a fim de se extrair as informações e dados mais relevantes.

Seguiu-se o passo a passo elaborado por Mendes, Silveira e Galvão (2008) em 6 etapas, as quais são: 1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) escolha de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura; 3) definição das informações que foram extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica contém explicações a fim de facilitar a compreensão e entendimento dos objetivos do trabalho de pesquisa a partir de livros, revistas, periódicos, dissertações e teses, enfim, registros impressos.

Segundo Gil (2000), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se ao longo de uma série de etapas, depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimentos do pesquisador sobre o assunto, o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa.

Já a pesquisa documental buscou leis, decretos, e outros, ou seja, fontes primárias, para ajudar e complementar a pesquisa bibliográfica (Fonseca, 2002). O método de abordagem foi de pesquisa qualitativa, possibilitando uma análise das teorias levantadas no estudo, permitindo assim, melhor compreensão, explicação e descrição do fenômeno estudado.

4 RESULTADOS

Na pesquisa observou-se que há uma lacuna significativa no campo epistemológico sobre estudos que relacionam a economia circular (EC) e os negócios de impacto social (NIS). Um estudo bibliométrico feito por Abadia, Galvão e Carvalho (2016) entre 2006 a 2016, utilizando o termo “Circular Economy” na fonte *Web of Science*, encontrou 217 arquivos, entre artigos e *reviews* que relacionou este tema especialmente à Ciência Ambiental e Ecologia (146); Engenharia (109); Combustível (16); Química (9); Ciências dos Materiais (7); Matemática, Agricultura, Conservação da

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PRÊMIO TRADIÇÃO
DE EXCELÊNCIA EM PESQUISA E INOVAÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



biodiversidade, Tecnologia da construção, Geografia (4); Termodinâmica, Ciência da computação, Administração Pública (3); Transporte (2); Estudos Urbanos, Toxicologia, Sociologia, Física, Demografia, Sistemas de controle e automação, Arquitetura (1). Os países que mais publicaram foram Inglaterra e EUA com 21 publicações cada, seguidos da Holanda, Japão e Itália. O Brasil não tem publicação com o tema estudado neste período.

Outra pesquisa bibliométrica usando o termo “circular economy” feita entre 2004 e 2020 por Karl e Campos (2020) encontrou 3119 artigos da base de dados *Web of Science* e 3442 da base de dados *Scopus*, inserindo-os e mesclando-os no RStudio. Partindo do zero em 2004, o ano mais promissor de publicações foi o ano de 2019, cuja produção científica foi de 1373 artigos. O periódico que mais publicou foi o *Journal of Cleaner Production*, com 543 publicações. As palavras chave mais recorrentes foram economia circular, gestão de resíduos, reciclagem, e desenvolvimento sustentável. Nessa pesquisa também não apareceu qualquer expressão relacionada a NIS.

Observou-se no Estado da Arte do tema trabalhos que abordam negócios na perspectiva ambiental e econômica, porém sem incluir o aspecto social, que os negócios de impacto buscam incluir. Porém, tanto a economia circular quanto os negócios de impacto social têm sua origem epistemológica na teoria dos sistemas de Karl Von Bertalanffy como um novo paradigma a partir do renascimento do ambientalismo moderno nos anos de 1960, e que, portanto, convergem epistemologicamente.

5 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Para Prieto-Sandova Ormazabal (2018), o atual modelo de produção e consumo linear não considera seus limites quanto ao impacto ambiental que produz à sociedade, levando a busca de um novo modelo econômico que possa promover desenvolvimento com sustentabilidade. Neste sentido, a economia circular e os negócios de impacto social têm atraído o interesse de governos, sociedade e pesquisadores por suas novas propostas de modelos econômicos de produção social e ambientalmente amigáveis e que são, ao mesmo tempo, sistêmicas. Ou seja, assumem uma perspectiva não linear

A interseção entre a EC e os NIS, com base em autores que pesquisam os temas sustentabilidade a partir dos conceitos de responsabilidade social e ambiental (Tenório, 2006; Albuquerque, 2009); consumo consciente (Solomon, 2016; Dowbor, 2007; Antas Jr, 2007; INSTITUTO Akatu, 2005), reaproveitamento (Barbo, 2009; Carvalho, 2001; Jacobi, 2003) e revenda (Abrantes, 2001, 2005; Barbieri, 2006) é verificada na figura 1 abaixo, o que há de comum aos dois conceitos e conceitos complementares

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARA





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Figura 1 - Interseção dos estudos epistemológicos



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Verifica-se na interseção dos conceitos-chave, considerando a sustentabilidade, de maneira bastante comum, sendo possível afirmar que ambos são no mínimo complementares e associativos. No centro, quatro conceitos que se associam dentro da lógica da EC e NIS. O ciclo de vida do produto, o marketing verde e a participação social não são conceitos díspares, senão próximos que podem ser utilizados conforme o arranjo que se faça utilizando EC e NIS conjugados.

Do ponto de vista epistemológico, as definições de negócios de impacto social apresentam diversos prismas, entre os quais se destacam a visão de abordagem econômica (Yunus, Moingeon; Lehmann-Ortega, 2010); a visão de estratégias organizacionais (Prarahlad, 2005) e a visão de organizações híbridas (Iizuka; Varela; Larroude, 2015).

A abordagem econômica enfoca o princípio de que a pobreza traz a privação da liberdade humana, conceito de Amartya Sen (SEN, 2000) compartilhado por Yunus. Entretanto para visão estratégica organizacional de Prahalad, os negócios de impacto social visam a melhoria da vida das populações da base da pirâmide de menor poder de compra sendo o grupo mais afetado pelas necessidades sociais. Nas organizações híbridas, os negócios sociais são sempre definidos como empreendimentos com dois objetivos a atender, os sociais e os econômicos.

Entendemos NIS como um tipo de negócio que visa contribuir para solução de problemas sociais utilizando mecanismos de mercado; entretanto, voltados à população de baixa renda que estão dentro ou fora da cadeia de produção de um determinado produto de padrões ambientais e culturais locais e que sejam economicamente rentáveis. O

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



conceito adotado visa uma solução holística de proteção ao meio ambiente ao mesmo tempo em que oferta soluções para problemas sociais.

Existem no Brasil planos de financiamento bastante viáveis e propícios a esse tipo de atividade, entre os quais o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), indicado para ajudar no desenvolvimento de atividades da agricultura e produção, e que pode inclusive financiar capital humano, pela Lei Federal Nº. 13.530/2017, abrangendo toda a região Norte (Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Bioeconomia também é um importante plano para desenvolver o financiamento de agricultores e produtores rurais familiares (pessoas físicas) a fim de melhorar sua capacidade produtiva. O programa que também pode favorecer essas atividades é o Programa de Regularização Fundiária de Áreas de Várzeas Rurais (DOU, Portaria nº 284, de 14/10/2005), que permite a exploração sustentável das áreas de várzeas.

Outro caminho para investimentos e fomentos é o Plano Nacional da Sociobiodiversidade que ajuda a desenvolver ações integradas e promotoras do fortalecimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade, a fim de favorecer e agregar valor aos mercados sustentáveis.

Esse caminho fortalece o modelo de desenvolvimento global sobre a lógica local, onde os atores locais não têm poder de negociação e superação do atual estágio de pobreza. Para reverter e /ou minimizar esse quadro unilateral, é importante haver intervenção do Estado, propondo políticas públicas viáveis.

Semelhante fator que pode favorecer esse cenário é o PNRS, que envolve os diferentes atores a fim de melhorar e potencializar a gestão dos resíduos sólidos, estabelecendo uma responsabilidade coletiva envolvendo a sociedade (associações, cooperativas, pequenos produtores, demais atores), poder público (local) e a iniciativa privada (empresários), a fim de garantir os objetivos desse tipo de responsabilidade, especialmente o respeito ao ciclo de vida dos produtos, e a compatibilização dos “interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis” (Lei Federal Nº 12.305/2010, Art. 30, parágrafo único e inciso I).

Destaque-se, todavia, que para gerar qualquer negócio há necessidade de que o mesmo esteja envolvido em um ambiente político-institucional de suporte que inclui, dentre outros fatores, políticas de financiamento e políticas de ciência e tecnologia que estão envoltas dentro de uma política de desenvolvimento (local, regional, nacional). Portanto, para vislumbrar as possibilidades de o açaí ser um indutor de NIS, é necessário analisar as políticas que dão apoio a sua cadeia de produção e a emergência de novos negócios.

Adiciona-se aos fatores político-institucional, os fatores internos locais, como, por exemplo, a força de trabalho envolvida na cadeia de produção para novos negócios, a estrutura social, econômica e ambiental, assim como a infraestrutura instalada.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa verificou-se que a economia circular e os negócios de impacto social se mostram muito próximos, despertando a atenção de governos, pesquisadores e da sociedade tais como empresas, instituições entre outros, por priorizarem aspectos econômicos, sociais e ambientais mais equilibrados e não se limitarem à uma perspectiva simplesmente linear. A interseção entre EC e NIS, ao mesmo tempo em que tem pontos particularmente característicos, também tem elementos em comum, o que os torna compatíveis e possíveis de se inter-relacionar.

Se a economia circular tem como foco principal o ciclo de vida do produto, a fim de reaproveitá-lo de diferentes e variadas formas, e os negócios de impacto social tem dois pontos fortes, os quais sejam a participação social e o marketing verde; ambos, EC e NIS, também são harmônicos nos quesitos: responsabilidade ambiental, consumo consciente, reaproveitamento e revenda. Isso os torna compatíveis e possíveis de associação.

O conceito escolhido pela vertente dos negócios de impacto social, considera o potencial de mercado que se abre no conceito da base da pirâmide, que beneficia diretamente a população de baixa renda com produtos e serviços sustentáveis e que podem impactar positivamente no elevado *déficit* social vivenciado pelas mais diversas civilizações, sem deixar de focar no processo produtivo e inclusão social, valorizando e otimizando os recursos naturais.

Logo, há possibilidades viáveis de implantação de negócios de impacto social, por meio da economia circular, tendo por base o reaproveitamento de resíduos para reprodução dos mais diversos subprodutos possíveis de entrarem em circulação mercadológica. No entanto, esse ambiente favorável requer haver, uma conjugação de forças, de atores, de políticas públicas inclusivas para gerar a devida potencialização da cadeia produtiva e consequentemente, ações estratégicas de reaproveitamento de resíduos, ainda inexistente.

A pesquisa teve limitações no campo da produção literária associando os dois temas-chave, de modo que foi feito um esforço para identificar cada um deles, destacando as diversas possibilidades e similaridades que podem efetivar uma convergência real tanto em pesquisas literárias quanto empíricas. Desse modo é importante citar que as futuras pesquisas possam explorar ainda mais lacunas que podem ajudar na consolidação dessa interseção, de forma mais abrangente, seja com ênfase em novos modelos de negócio em estudos de caso, seja em pesquisas literárias a fim de estreitar ainda mais sua relação identitária, mostrando-se um caminho viável que pode apontar inovadoras iniciativas.

Desse modo, conclui-se que é possível ocorrer a inter-relação entre economia circular e negócios de impacto social, desde que sejam aplicados seguindo as convergências apontadas neste artigo, podendo ser em diferentes cadeias produtivas, em qualquer local, desde que dadas as necessárias condições para seu desenvolvimento.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



REFERÊNCIAS

- Abadia, L. G., Galvão, G. D. A., & Carvalho, M. M. (2016). Economia circular: Um estudo bibliométrico. Anais ... XXXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção.
- Abadia, L. G. (2019). Modelos de negócio alinhados aos princípios da economia circular e sustentabilidade: estudos de múltiplos casos. São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-21082019-143152/publico/LorenaGamboaAbadiaCorr19.pdf>
- Abrantes, J. (2001). Programa 8S. da alta administração à linha de produção: o que fazer para aumentar o lucro? Rio de Janeiro: Interciência.
- Abrantes, J. (2005). Brasil o país dos desperdícios. Por ano desperdiçamos o equivalente a 150% do PIB. Rio de Janeiro: Auriverde.
- Albuquerque, J. L. (Org.). (2009). Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas.
- Antas Jr., R. M. (2007). O consumo contemporâneo no território brasileiro. In R. M. Antas Jr. et al. (Org.), Desafios do consumo (pp. 91-102). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Barbieri, J. C. (2006). Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 1ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva.
- Barbo, I. P. P. (2009). O despertar da consciência ambiental: um diagnóstico das práticas de educação ambiental formal no ensino público de Anápolis, Goiás. Dissertação de Mestrado, Anápolis, 161 p.
- Barki, E. (2015). Negócios de Impacto: Tendência ou Modismo? GV-Executivo, 14(1). Recuperado de <http://rae.fgv.br/gv-executivo>
- Boulding, K. E. (1966). The economics of the coming spaceship earth. In Environmental Quality in a Growing Economy: Essays from the Sixth RFF Forum.
- Brasil. Presidência da República. (2010). Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Carvalho, I. (2001). A Invenção ecológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Charnley, F. J. (2016). Skills and capabilities for a sustainable and circular economy: The changing role of design. Journal of Cleaner Production.
- Drayton, B. (1980). Social Entrepreneurs: Creating a Competitive and Entrepreneurial Citizen Sector. Ashoka Changemakers Library.
- Enimpecto. (2019). 7ª Reunião Comitê Enimpecto. Recuperado de https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/images/enimpecto/2019%201002a_Apresentacao_7aa_reuniaoa_Enimpecto.pdf. Acesso em 10 de maio 2021.
- Fonseca, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC. Apostila.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



- Geng, Doberstein. B. (2008). Developing the circular economy in China: challenges and opportunities for achieving 'leapfrog development'. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 15, 231-23.
- Ghisellini, P.; Cialani, C.; Ulgiati, S. (2016). A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. *Journal of Cleaner Production*, 114, 11-32.
- Gil, A. C. (2000). Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gondim, S. M. G.; Fischer, T.; Melo, V. P. (2006). Formação em gestão social: um olhar crítico sobre a experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30. Anais... Salvador: ANPAD, p. 1-16.
- Granados, M. et al. (2011). Social enterprise and social entrepreneurship research and theory: A bibliometric analysis from 1991 to 2010. *Social Enterprise Journal*, 7(3), 198-218.
- Iizuka, E. S.; Varela, C. A.; Larroude, E. R. A. (2015). Social business dilemmas in Brazil: Rede Asta Case. *Revista de Administração de Empresas*, 55(4), 385-396.
- Instituto Akatu. (2005). Responsabilidade social empresarial: o que o consumidor consciente espera das empresas. Recuperado de <http://www.akatu.org.br>.
- Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 189-205.
- Karl, a. A.; campos, I. M. S. (2020). A evolução da economia circular: uma análise bibliométrica do progresso da produção intelectual. In: XL ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO "Contribuições da Engenharia de Produção para a Gestão de Operações Energéticas Sustentáveis", Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.
- Kickul, j., terjesen, s., bacq, s., & griffiths, M. (2012). Social business education: An interview with Nobel laureate Muhammad Yunus. *Academy of Management Learning and Education*, 11(3), 453-462.
- Martins, M. R. (2015). Negócios Sociais e Antropologia: dois ensaios em Economia do Desenvolvimento. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. G. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764.
- Pauli, G. A. (2010). *Blue Economy-10 Years, 100 Innovations, 100 Million Jobs*. Paradigm Publications.
- Pearce, D. W.; Turner, R. K. (1990). *Economics of Natural Resources and the Environment*. Johns Hopkins University Press.
- Petrini, M.; Scherer, P.; Back, L. (2016). Modelo de negócios com impacto social. *Revista de Administração de Empresas*, 56(2), 209-225.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



- Pires, L.; Santos, L. M.; Mostagi, N. (2019). Negócios Sociais em Foco: o Caso da Yunus Social Business. *Desenvolvimento em Questão*, 17(47), 102-119.
- Porter, M. E.; Kramer, M. R. (2011). Strategy and society. *Harvard Business Review*, 84(12), 78-92.
- Prahalad, C. K. (2005). A riqueza na base da pirâmide: Como erradicar a pobreza com o lucro. Bookman.
- Prahalad, C. K.; Hart, S. (2002). The Fortune at the Bottom of the Pyramid. *Strategy + Business*, 26.
- Prieto-Sandoval, V.; Jaca, C.; Ormazabal, M. (2018). Towards a consensus on the circular economy. *Journal of Cleaner Production*, 179, 605-615.
- Reficco, E. (2011). As empresas na sociedade: os limites das boas intenções. In: *Políticas Sociais: ideias e práticas*. Editora Moderna.
- Rodrigues, J. A. L. (2017). Logística reversa: estudo de caso sobre o processo de implantação das práticas em uma empresa do setor varejista no estado do Pará. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará.
- Rosolen, T.; Tiscoski, G.; Comini, G. (2014). Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Publicação Nacional e Internacional. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(2), 47-69.
- Sen, A. K. (2000). *Development as freedom*. Anchor Books.
- Silva, C. S. (2016). Mapeamento de negócios de impacto social e organizações congêneres no Brasil. Recuperado de <http://www.ice.org.br/premioice/2016/wp-content/uploads/2017/04/mencao-honrosa-graduacao-tcc.pdf>.
- Solomon, M. R. (2016). *O comportamento do consumidor*. 11ª ed. Bookman.
- Tenório, F. G. (2006). *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. FGV.
- Teodósio, A. S. S., & Comini, G. (2012). Negócios inclusivos e pobreza: perspectivas no contexto brasileiro. *Revista de Administração*, 47(3), 651-662.
- Virgínio, L. K. de A., & Barbosa, M. de F. N. (2022). Economia circular: uma exploração bibliométrica da produção científica internacional. *Investigação, Sociedade e Desenvolvimento*, 11(17), e269111739178.
- Yuan, Z., Bi, J., & Moriguchi, Y. (2006). The Circular Economy - A New Development Strategy in China. *Industrial Ecology in Asia*, 10.
- Yunus, M., Moingeon, B., & Lehmann-Ortega, L. (2010). Building social business models: Lessons from the Grameen experience. *Long Range Planning*, 43(2-3), 308-325.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

